



Anais da Assembléia

Nº 168

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 03 DE JANEIRO DE 1978.

ANO III

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 258ª SESSÃO ORDINÁRIA

(Convocação Extraordinária)

REALIZADA EM 3 DE JANEIRO DE 1978

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Rosário Pitelli e José Domingos Scarpelini.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Agui-naldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jorge Sato, Jayme Rodrigues Carvalho, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Wilson Fortes e Muggiati Filho (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — Procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido no dia 25 de dezembro, próximo passado, do Sr. JOÃO STAGLIANO, Vice-Prefeito Municipal de Tamboara.

O extinto, foi vereador durante várias legislaturas, desde a vigência das velhas siglas partidárias, com serviços ininterruptos e relevantes prestados à sua comunidade, da qual era Vice-Prefeito Municipal, eleito pela legenda do MDB.

O povo da cidade de Tamboara e de municípios vizinhos, reconhecendo as suas excepcionais qualidades, prestou ao ilustre desaparecido significativa homenagem, comparecendo em massa ao seu sepultamento ocorrido no dia 26 p.p.

Associando-se às manifestações de pesar é que solicitamos a presente consagração nos Anais desta augusta Casa, e que do seu pronunciamento seja dado ciência à família enlutada, bem como à Câmara Municipal de Tamboara.

Sala das Sessões, em 3 de janeiro de 1978.

(a) WALDENÍCIO BARBALHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições

regimentais, após ouvido o Plenário, requer o encaminhamento de expediente, consubstanciado em veemente apelo ao Exmo. Sr. Dr. Renato Antônio Jhonsson, digníssimo Diretor Presidente da TELEPAR, no sentido de ser instalado um telefone na Praia de Ipanema, situada no Município de Paranaguá.

A Praia de Ipanema conta atualmente com aproximadamente 1.500 residências e durante as temporadas de verão é frequentada por mais de 5.000 pessoas, sendo que a tendência nos próximos anos é de aumentar consideravelmente a demanda, tanto de veranistas como de novas construções, tendo em vista a sua localização privilegiada e as ótimas condições que oferece aos seus frequentadores, os quais entretanto se ressentem da falta de comunicação com outros centros, pois o telefone mais próximo situa-se em Praia de Leste, distante daquela, mais ou menos 5 quilômetros.

Devemos esclarecer que a COTELPA é a concessionária dos serviços telefônicos de Paranaguá. Entretanto, essa empresa, consultada à respeito, afirmou ser atualmente inviável, razão pela qual estamos apelando à TELEPAR, que temos certeza dará acolhimento a essa justa reivindicação dos moradores daquela praia, hoje uma das mais importantes do nosso litoral.

Sala das Sessões, em 3 de janeiro de 1978.

(a) NELSON BUFFARA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, a transcrição, nos Anais desta Assembléia Legislativa, do artigo sob o título "O Candidato da História", inserido nas páginas do prestigioso matutino "Folha de São Paulo" — que se edita na Capital do vizinho Estado de São Paulo. O artigo em referência é de autoria do jornalista Mauro Santayanna e se refere à candidatura do ilustre Senador Magalhães Pinto à Presidência da República.

Sala das Sessões, em 3 de janeiro de 1978.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Praia de Ipanema, uma das mais prósperas de nosso litoral, com mais de mil e 500 casas, e que, nas temporadas recebe cerca de 6 mil turistas, está a clamar por um telefone.

A praia de Ipanema está situada no Município de Paranaguá, eis que fica à esquerda da Praia de Leste, em demanda de Pontal do Sul. São 18 quilômetros de praias das mais belas de nosso litoral, sob a jurisdição do Município de Paranaguá.

Hoje, estamos desta tribuna para reivindicar a instalação de um posto telefônico na Praia de Ipanema que, de há muito vem gerenciando junto à COTELPA — pois que é essa companhia que tem a concessão dos serviços telefônicos em Paranaguá. E diante do desinteresse da COTELPA em instalar ali um posto telefônico, nós, de algum tempo, estamos gerenciando junto à TELEPAR, a exemplo do que fez na Praia de Leste, que também instale um posto telefônico em Ipanema.

Temos informações seguras, precisas, através do Diretor Financeiro da TELEPAR, Dr. Pedro Américo de Abreu, que nos assegurou que, até o mês de junho, o posto telefônico da Praia de Ipanema será uma realidade.

E hoje estamos ratificando um entendimento que já há algum tempo estamos mantendo com aquele cidadão, através de expediente endereçado à TELEPAR, para que fique consubstanciado o interesse do povo que frequenta aquela praia e que, por certo, na próxima temporada, dentro de 6 meses, contará com um posto telefônico.

O expediente que estamos endereçando ao Presidente da TELEPAR diz da necessidade da instalação do posto telefônico naquela praia. Oxalá os Srs. Deputados assim o entendam, para que, nos meados deste ano, possamos ver nosso desejo se tornar realidade.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Rosário Pitelli.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na agricultura tudo vem acontecendo. O agricultor está sujeito à ação climática ou do tempo. Luta para obter financiamentos de custos reais com as despesas de lavoura, — despesas que são sabida e comprovadamente muito superior aos custos de gabinete, se assim os pode chamar por seu irrealismo. Luta também para encontrar um preço justo e razoável na comercialização dos seus produtos colhidos; além de não haver uma modalidade de se dar um paradeiro definitivo à alta de preços de tudo quanto é comprado pelo agricultor, mormente em máquinas e insumos.

Não bastando tudo isso ainda ocorre, como aconteceu nestes últimos dias, o fantasma das Cédulas Rurais, ou seja o título de crédito do lavrador perante a empresa em que vendeu seus produtos suadamente colhidos, e descontados em estabelecimentos bancários. Acontece que diante do não cumprimento da obrigação por parte da empresa devedora, no prazo, tem que ser resgatado, tem de ser pago, pelo próprio agricultor, sob pena de perda de crédito, medidas drásticas judiciais, com acréscimo de despesas elevadas.

Isto é o que está ocorrendo com o problema criado no Paraná, pela empresa conhecida como IMPÉRIO MATSUBARA.

Possuidores de um patrimônio econômico muito grande, tanto que faziam alarde de suas despesas não pequenas com um clube de futebol e outras atividades sociais, — o IMPÉRIO MATSUBARA vem de requerer medida judicial para pagar o que deve inclusive aos agricultores no prazo de dois anos, com juros que não excedem um por cento ao mês, sem pagar sequer os advogados dos credores, e muito menos correção monetária.

O prejuízo dos agricultores e credores da citada empresa é muito sério, pois os mesmos terão de contrair novas dívidas bancárias, terão de pagar despesas de juros, taxas e comissões, que atingem até 4 ou 5 por cento ao mês, somando uma despesa que corresponde a 100 por cento sobre o seu crédito, enquanto o IMPÉRIO MATSUBARA tranqüilamente assiste a valorização, ao crescimento de seu patrimônio imobiliário que nem sequer é arranhado, que é intocável em todo esse episódio.

A repercussão desse estouro nas legítimas aspirações dos homens da agricultura que acreditavam nas garantias do "IMPÉRIO MATSUBARA" são incalculáveis, principalmente no Norte do Paraná, nos Municípios de Cambará, Andirá, Bandeirantes, Santa Mariana, Itambaracá, Cornélio Procopio e outros.

Nada menos contra os senhores integrantes do Império Matsubara de outras empresas que hajam resolvido parcelar suas dívidas em prejuízo de seus credores, — mas temos o dever, como membro da classe da lavoura e como parlamentar, de trazer ao conhecimento desta Casa os fatos apontados, solicitando seja, — por quem de direito — criada uma comissão para estudar o problema tão grave da NOTA PROMISSÓRIA RURAL e influir nos órgãos legais para a sua adaptação à realidade brasileira e paranaense, pelo que ela representa de mal aos interesses dos legítimos forjadores da riqueza nacional.

Nós sabemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que as taxas e juros altos dos dinheiros, além das comissões, dificultam o andamento normal das atividades empresariais, reconhecemos, — mas ninguém ignora que a solução desse problema não pode ser decidido no gabinete luxuoso de que deve — e recair totalmente nas costas do credor, modesto trabalhador, sustentáculo da riqueza do País, como pretendem fazê-lo os credores dos impérios.

Em nome da lavoura — que tem seus órgãos de defesa — e em nome do povo ordeiro e trabalhador, solicitamos sejam tomadas as providências cabíveis para que a nossa gente possa prosseguir trabalhando e confiando nas autoridades, sem desfalecimento e sem prejuízos ou "tombos" de ação tão cruel quanto uma terrível geada. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, terceiro orador inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O mês de janeiro, de 1978, realmente, parece que começa bem; e começa bem, porque, segundo a imprensa noticia, e eu tenho em mãos o "Diário do Paraná", comentaristas apontam os melhores Senadores de 1977 e, o jornalista e escritor, poeta, professor e ex-Deputado Federal, Geraldo de Melo Mourão, fez um levantamento que, a seu ver, os melhores Senadores de 1977, julgando suas atuações em função de suas representatividades dos Estados pelos quais foram eleitos, são os seguintes:

O melhor do Amazonas foi, de longe, o Senador Evandro Carrera, do MDB; do Pará, injusto não reconhecer a "performance" do Senador Jarbas Passarinho, da ARENA; do Maranhão, o grande Senador Henrique Laroca; do Piauí, não há ninguém a escolher; Ceará, todos são traqüilamente favoráveis a Mauro Benevides, do MDB; Rio Grande do Norte, Agenor Maria, do MDB; de Pernambuco, Marcos Freire, do MDB; Alagoas, é justo que se mencione Teotônio Vilela; e Luíz Cavalcanti; em Sergipe, Gilvan Rocha, do MDB; na Bahia, não tem do MDB, é brilhante a atuação do Luís Viana; do Espírito Santo, Dirceu Cardoso, do MDB; em Minas, Itamar Franco, do MDB; e o comentarista aponta que, no Rio de Janeiro, o Senador que mais teve atuação foi Benjamin Farah, também do MDB, além do Senador Nelson Carneiro; em São Paulo, Orestes Quercia e Franco Montoro; no Paraná, Accioly Filho, da ARENA e Leite Chaves do MDB; no Rio Grande do Sul, Paulo Brossard, do MDB; Santa Catarina, Evilásio Vieira, do MDB.

Por aí se vê, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que a atuação do Movimento Democrático Brasileiro tem sido coerente não só com a sua filosofia, com a sua doutrina partidária, mas, também, com a atuação dos seus parlamentares, principalmente na Câmara Alta, a exemplo do que tem ocorrido na Câmara Federal. E é justamente para reconhecer este trabalho, esta pesquisa feita por comentaristas políticos daquela área de atuação na Câmara Alta, que este parlamentar tem o grato prazer de se parabenizar com os representantes do Movimento Democrático Brasileiro e de lhes prestar uma homenagem, encarecendo também, para que, neste ano de 78, e em todos os anos esta agremiação possa ser representada, na medida das limitações impostas pelo Sistema, estimulando-a para que a sua bancada possa ser aumentada, apesar da existência eventual do senador biônico. Que o MDB consiga eleger, em sua maioria, Senadores, para representarem autenticamente o povo brasileiro nos vários Estados.

Aí está a prova da garra, do trabalho, da objetividade e da insistência com que os parlamentares do MDB daquela Alta Câmara que é o Senado Federal, vem representando condignamente o povo de todos os Estados pelos quais foram eleitos.

É para registrar, Sr. Presidente, com satisfação, esta nota da imprensa, que venho a esta tribuna para parabenizar-me com os

representantes de todos esses Estados, inclusive, notáveis senadores da ARENA que bem representam seus respectivos Estados.

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lineu Turra, quarto orador inscrito.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós viemos à tribuna para registrar o nosso desalento com a situação presente, porque nós sentimos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que a situação do povo brasileiro, de um modo geral, é cada dia mais angustiante. Mais angustiante, porque, se de um lado, aqueles principalmente, os assalariados permanecem com seus vencimentos estáticos, de outro lado, a situação do custo de vida, cada vez, ou a cada dia e a cada hora, se eleva mais.

Nós verificamos ainda agora, nesse fim de ano, as mercadorias se elevaram de uma maneira desarrazoada, algumas delas, nós constatamos que houve uma majoração de até 100 por cento, sem que órgãos fiscalizadores, ou responsáveis pelo controle do custo de vida e pelos preços das mercadorias, especialmente dos gêneros de primeira necessidade, se mantivessem ativos no sentido de proteger os consumidores.

De outro lado, também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós verificamos a carga tributária que recai sobre o povo. Vamos particularizar o caso do Município de Curitiba em que houve uma elevação tributária com relação ao Imposto Predial, de aproximadamente 80 por cento; e nós queremos fazer o comparativo, até, de um imóvel que no ano anterior, no ano de 1977, estava lançado em Cr\$ 2.400,00; o proprietário desse mesmo imóvel recebe, agora, uma obrigação tributária de mais de Cr\$ 4.000,00, Cr\$ 4.100,00. Não é possível, quando nós sabemos que nenhum funcionário público, nenhum trabalhador, operário que vive de salário, terá, ou teve no ano de 1977, e terá no ano de 1978, um aumento superior a 35 por cento, no seu salário.

É desarrazoado o aumento que o Poder Público impõe, no encargo tributário, ao povo. Se houvesse um aumento salarial na mesma proporção dos tributos, ainda se admitiria que se fizesse a correção, os reajustes nos encargos tributários. Mas, eu entendo que, nenhum tributo deveria exceder à majoração, ou ao percentual proporcional aquilo que for concedido nos aumentos salariais.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero deixar registrado aqui, o meu desalento e a certeza de que todos os anos e todos os dias a angústia do povo aumenta e principalmente do funcionário público, do trabalhador, daqueles que vivem de salário. Nós deixamos também o nosso protesto contra o procedimento insensível das autoridades responsáveis pela administração pública e que não respeitam, sequer o sofrimento do povo.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Consulto à Liderança do MDB, sobre se deseja ocupar o espaço regimentalmente reservado à sua bancada.

O SR. ENÉAS FARIA — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Havendo declinado, consulto o Deputado, Líder da ARENA, sobre se deseja ocupar o espaço regimentalmente reservado à sua bancada.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 322/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 39/77, ex-Proposição número 191/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura e o Ministério da Educação e Cultura, objetivando a concessão de bolsas de estudos, a alunos do Ensino Especial e do primeiro grau, no ano de 1976. Pareceres favoráveis da CCJ., CF. e CIP., por unanimidade. — APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 382/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 117/77, ex-Proposição número 522/77, aprova o termo aditivo ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de Paissandu, objetivando construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública na sede do referido município. Pareceres favoráveis da CCJ. e CF., por unanimidade. — APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 383/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 118/77, ex-Proposição número 523/77, aprova o termo aditivo ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de Pérola, objetivando a execução de obras de controle à erosão urbana, na sede do referido município. Pareceres favoráveis da CCJ. e CF., por unanimidade. — APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 385/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 121/77, ex-Proposição número 533/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de Nova América da Colina, objetivando construção de prédio para a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública na sede do referido município. Pareceres favoráveis da CCJ. e CF., por unanimidade. — APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 387/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 124/77, ex-Proposição número 535/77, aprova o termo aditivo ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior com o Município de Engenheiro Beltrão, objetivando construção de prédio para a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública local. Pareceres favoráveis da CCJ. e CF., por unanimidade. — APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 388/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 116/77, ex-Proposição número 536/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de Mariópolis, objetivando construção de prédio para a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município. Pareceres favoráveis da CCJ., e CF., por unanimidade. — APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 327/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 51/77, ex-Proposição número 239/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Formosa, objetivando reparos em prédios onde funcionam estabelecimentos de ensino e o Posto de Saúde local. Pareceres favoráveis da CCJ. e CF., por unanimidade. — APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 334/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 62/77, ex-Proposição número 314/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Bom Sucesso, objetivando reparos no prédio do Ginásio Estadual Silveira Bueno, na sede daquele município. Pareceres favoráveis da CCJ. e CF., por unanimidade. — APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 335/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 62/77, ex-Proposição número 323/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Cruz Machado, objetivando reparos em prédios das escolas: Antiocho Pereira, São Sebastião, São Pedro, John Kennedy, 19 de Dezembro, Olavo Bilac e Poço Preto. Pareceres favoráveis da CCJ. e CF., por unanimidade. — APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 336/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 62/77, ex-Proposição número 326/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Foz do Iguaçu, objetivando execução de reparos no prédio do Quartel da Companhia Independente de Foz do Iguaçu, da P.M.E. Pareceres favoráveis da CCJ. e CF., por unanimidade. — APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 337/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 62/77, ex-Proposição número 333/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Itaúna do Sul, objetivando execução de reparos em prédios onde funcionam diversos estabelecimentos de ensino da sede daquele município. Pareceres favoráveis da CCJ. e CF., por unanimidade. — APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 338/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 62/77, ex-Proposição número 369/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de São Carlos do Ivaí, objetivando execução de reparos nos prédios do Ginásio Estadual Regente Feijó e da Unidade Sanitária local. Pareceres favoráveis da CCJ. e CF., por unanimidade. — APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 339/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 62/77, ex-Proposição número 378/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Uniflor, objetivando execução de reparos no prédio do Grupo Escolar Uniflor, da sede daquele município. Pareceres favoráveis da CCJ. e CF., por unanimidade. — APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 350/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 98/77, ex-Proposição número 481/77, aprova termo aditivo ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e da EMOPAR, com o Município de Guapirama, objetivando construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia de Cadeia Pública local. Pareceres favoráveis da CCJ. e CF., por unanimidade. — APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 351/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número

100/77, ex-Proposição número 483/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de Sabáudia, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Pareceres favoráveis da CCJ. e CF., por unanimidade. — APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 352/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 109/77, ex-Proposição número 490/77, aprova termo aditivo ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Departamento Nacional de Obras e Saneamento, objetivando execução de projetos de obras integrantes do Programa Especial de controle da Erosão no Solo Urbano do Noroeste do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ. e CF., por unanimidade. — APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 353/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 111/77, ex-Proposição número 495/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Mamborê, objetivando execução de reparos nos prédios do Ginásio Estadual e do Grupo Escolar João XXIII, daquele município. Pareceres favoráveis da CCJ. e CF., por unanimidade. — APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 354/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 111/77, ex-Proposição número 497/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Alto Paraná, objetivando execução de reparos no prédio do Grupo Escolar Júlia Wanderley, na sede daquele município. Pareceres favoráveis da CCJ. e CF., por unanimidade. — APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 355/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 111/77, ex-Proposição número 500/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Cianorte, objetivando execução de reparos nos prédios dos Grupos Escolares Itacilina Bitencourt, Maria Montessori e Vicente Machado. Pareceres favoráveis da CCJ. e CF., por unanimidade. — APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 356/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 111/77, ex-Proposição número 504/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Ribeirão do Pinhal, objetivando reparos em prédios onde funcionam próprios estaduais na sede daquele município. Pareceres favoráveis da CCJ. e CF., por unanimidade. — APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 358/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 111/77, ex-Proposição número 507/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Francisco Beltrão, objetivando a execução de reparos nos prédios dos Grupos Escolares Reinaldo Sass e Cristo Rei, e da Escola de primeiro grau Eduardo Virmond Suplicy. Pareceres favoráveis da CCJ. e CF., por unanimidade. — APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 359/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 111/77, ex-Proposição número 509/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Mandirituba, objetivando reparos no prédio do Grupo Escolar Joaquim de Oliveira

Franco, na sede daquele município. Pareceres favoráveis da CCJ. e CF., por unanimidade. — APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 362/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 99/77, ex-Proposição número 482/77, aprova termo aditivo ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Lobato, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Pareceres favoráveis da CCJ. e CF., por unanimidade. — APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 363/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 103/77, ex-Proposição número 486/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Ministério da Aeronáutica, objetivando execução de obras de ampliação do aeroporto de Londrina. Pareceres favoráveis da CCJ. e CF., por unanimidade. — APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 364/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 104/77, ex-Proposição número 487/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e a Prefeitura Municipal de Cascavel, objetivando execução de serviços de pavimentação e obras complementares no aeroporto de Cascavel. Pareceres favoráveis da CCJ. e CF., por unanimidade. — APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 365/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 108/77, ex-Proposição número 489/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de Jaguapitã, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Pareceres favoráveis da CCJ. e CF., por unanimidade. — APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 366/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 111/77, ex-Proposição número 494/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Primeiro de Maio, objetivando execução de reparos no prédio do Grupo Escolar Ruy Barbosa. Pareceres favoráveis da CCJ. e CF., por unanimidade. — APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 367/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 111/77, ex-Proposição número 499/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de União da Vitória, objetivando execução de obras de reparos nos prédios onde funcionam diversos estabelecimentos de ensino, da sede daquele município. Pareceres favoráveis da CCJ. e CF., por unanimidade. — APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 368/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 111/77, ex-Proposição número 501/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Campo Mourão, objetivando execução de reparos no prédio do Grupo Escolar de Luiziana, na sede daquele município. Pareceres favoráveis da CCJ. e CF., por unanimidade. — APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 369/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 111/77, ex-Proposição número 503/77, aprova termo de con-

vênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Ribeirão Claro, objetivando execução de reparos em prédios onde funcionam diversos estabelecimentos de ensino e a Delegacia de Polícia local. Pareceres favoráveis da CCJ. e CF., por unanimidade. — APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 370/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 111/77, ex-Proposição número 511/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Uraí, objetivando reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar e a Agência de Rendas, da sede daquele município. Pareceres favoráveis da CCJ. e CF., por unanimidade. — APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 371/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 112/77, ex-Proposição número 514/77, aprova termo aditivo ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de Guaraci, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Pareceres favoráveis da CCJ. e CF., por unanimidade. — APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 373/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 111/77, ex-Proposição número 496/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Cascavel, objetivando execução de reparos nos prédios da Delegacia de Polícia, Grupo Escolar Francis Kennedy, Décimo Distrito Sanitário e Posto de Saúde local. Pareceres favoráveis da CCJ. e CF., por unanimidade. — APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 374/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 111/77, ex-Proposição número 498/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Mandaguari, objetivando execução de reparos em prédios onde funcionam diversos estabelecimentos de ensino local. Pareceres favoráveis da CCJ. e CF., por unanimidade. — APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 375/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 111/77, ex-Proposição número 506/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de São Sebastião da Amoreira, objetivando execução de reparos no prédio do Grupo Escolar da Secção Balsamo, daquele município. Pareceres favoráveis da CCJ. e CF., por unanimidade. — APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 376/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 111/77, ex-Proposição número 512/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Rancho Alegre, objetivando execução de obras de reparos nos prédios do Posto de Saúde, Ginásio Estadual Manoel Bandeira e da Delegacia de Polícia local. Pareceres favoráveis da CCJ. e CF., por unanimidade. — APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 379/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 121/77, ex-Proposição número 531/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de Mandaguaiçu, obje-

ativando construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 14/74, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem número 99/73, ex-Proposição número 257/73, aprova termos dos convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios de PIRAÍ DO SUL e PÉROLA D'OESTE, objetivando a implantação de complexos de radiocomunicação de fonia e telefonia nos referidos municípios. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 37/74, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem número 52/74, ex-Proposição número 173/74, aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e de Viação e Obras Públicas, com a Prefeitura Municipal de Telêmaco Borba, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública no referido município. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 397/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem número 129/77, ex-Proposição número 545/77, aprova o Termo Aditivo ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, o Ministério dos Transportes e o Município de Curitiba, objetivando execução do Programa de Investimentos Urbanos da Região Metropolitana de Curitiba. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 398/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem número 130/77, ex-Proposição número 547/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de SANTO ANTÔNIO DA PLATINA, objetivando execução de obras de reparos no Grupo Escolar DR. UBALDINO DO AMARAL, daquele município. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 399/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem número 130/77, ex-Proposição número 548/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de BARBOSA FERRAZ, objetivando execução de obras de reparos em próprios estaduais, conforme específica, localizados naquele município. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 400/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem número 130/77, ex-Proposição número 549/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de ARAUCÁRIA, objetivando execução de obras em próprios estaduais conforme específica, naquele município. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 401/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem número 130/77, ex-Proposição 550/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de PITANGA, objetivando execução de obras de reparos em próprios estaduais conforme específica, naquele município. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 402/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem número 130/77, ex-Proposição número 551/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de ORTIGUEIRA, objetivando execução de obras de reparos em próprios estaduais, conforme específica, naquele município. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 403/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem número 130/77, ex-Proposição número 552/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de INDIANÓPOLIS, objetivando execução de obras de reparos em próprios estaduais, conforme específica, naquele município. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 404/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem número 130/77, ex-Proposição número 553/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de FOZ DO IGUAÇU, objetivando execução de obras de reparos em próprios estaduais, conforme específica, naquele município. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 405/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem número 130/77, ex-Proposição número 554/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de ITAMBÉ, objetivando execução de obras de reparos em próprios estaduais, conforme específica, naquele município. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 406/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem número 130/77, ex-Proposição número 555/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de AGUDOS DO SUL, objetivando execução de obras de reparos em próprios estaduais, conforme específica, naquele município. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 407/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem número 130/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de CAMPINA GRANDE DO SUL, objetivando execução de obras de reparos em próprios estaduais, conforme específica, naquele município. Pareceres

favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 408/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem número 130/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de ITAGUAGÊ, objetivando execução de obras de reparos em próprios estaduais, conforme específica, naquele município. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 409/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem número 130/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de CAFEARA, objetivando execução de obras de reparos em próprios estaduais, conforme específica, naquele município. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 410/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem número 130/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de TOMAZINA, objetivando execução de obras de reparos em próprios estaduais, conforme específica, naquele município. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 411/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem número 130/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de PARANAGUÁ, objetivando execução de obras de reparos em próprios estaduais, conforme específica, naquele município. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 412/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem número 130/77, ex-Proposição número 561/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de MARINGÁ, objetivando execução de obras de reparos em próprios estaduais, conforme específica, naquele município. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 413/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem número 130/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de CAMPO LARGO, objetivando execução de obras de reparos em próprios estaduais, conforme específica, naquele município. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 414/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem número 130/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de JANIÓPOLIS, obje-

tivando execução de obras de reparos em próprios estaduais, conforme específica, naquele município. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 415/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem número 130/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de QUATRO BARRAS, objetivando a execução de obras de reparos em próprios estaduais, naquele município. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 416/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem número 130/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de MANOEL RIBAS, objetivando a execução de obras de reparos em próprios estaduais, naquele município. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 417/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem número 130/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de RESERVA, objetivando a execução de obras de reparos em próprios estaduais, conforme específica, naquele município. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 418/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem número 130/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de BELA VISTA DO PARAÍSO, objetivando execução de reparos em próprios estaduais, conforme específica, naquele município. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 419/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem número 130/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de GUAIRACÁ, objetivando a execução de obras de reparos em próprios estaduais, naquele município. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 420/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem número 130/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de PARANAGUÁ, objetivando a execução de reparos em próprios estaduais, naquele município. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 421/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem número 130/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de TIBAGI, objetivando execução de obras de reparos em próprios estaduais, naquele

brado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de CONSELHEIRO MAIRINCK, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, naquele município. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 437/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem número 133/77, aprova Termo Aditivo ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e da EMOPAR, com o Município de MEDIANEIRA, objetivando construção de prédio para a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 438/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem número 134/77, aprova Termo Aditivo ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o Município de FLÓRIDA, objetivando construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 439/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem número 135/77, aprova Termo Aditivo ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de MARILUZ, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, no referido município. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 440/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem número 136/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de GUAPOREMA, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, no referido município. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 441/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem número 137/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de CÉU AZUL, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 442/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem número 139/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de IRETAMA, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 443/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem número 140/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de TIBAGI, objetivando fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante a aplicação de dotação e de verbas que especifica.— Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 444/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem número 141/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de OURIZONA, objetivando o fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante aplicação de dotação e de verbas que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 445/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem número 142/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de MARINGÁ, objetivando implantação de Serviços de Segurança contra incêndios e a prestação de socorros público, naquele município. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 446/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem número 143/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de CASCAVEL, objetivando aplicação de recursos da cota estadual do imposto único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos, e melhorias que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 447/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem número 143/77, aprova convênio de auxílio e cooperação, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de CIANORTE, objetivando aplicação de recursos da cota estadual do imposto único sobre lubrificantes líquidos e gasosos e melhorias que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 448/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem número 143/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de FLÓRIDA, objetivando a aplicação da cota estadual do imposto único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos, nas melhorias que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 449/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem número 143/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de JARDIM OLINDA, objetivando a aplicação de recurso da cota estadual de imposto único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos, em melhorias que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO

ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 450/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem número 143/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de LOBATO, objetivando a aplicação de recursos à cota estadual do imposto único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos, e melhorias que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 451/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem número 143/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de MARINGÁ, objetivando a aplicação da cota estadual do imposto único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos nas melhorias que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 452/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem número 143/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de NOVA ALIANÇA DO IVAÍ, objetivando a aplicação da cota estadual do imposto único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos, e melhorias que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 453/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem número 143/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de SANTA INÊS, objetivando a aplicação da cota estadual do imposto único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos e melhorias que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 454/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem número 143/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de SÃO PEDRO DO PARANÁ, objetivando a aplicação de recursos da cota estadual do imposto único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos, e melhorias que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 455/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem número 143/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de UNIFLOR, objetivando a aplicação de recursos da cota estadual do imposto único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos, e melhorias que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 456/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem número 144/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o Município de ASSIS CHATEAUBRIAND, objetivando a construção de

prédio na sede daquele município, destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 457/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem número 145/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de NOVA AMÉRICA DA COLINA, objetivando fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante aplicação de dotações e verbas que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 458/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem número 148/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Ministério do Trabalho, objetivando estabelecer planos de cooperação com vistas à implantação do Sistema Nacional de Emprego (SINE) no Estado. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 459/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem número 149/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e Comércio e o Departamento Nacional de Registro do Comércio, visando realização da MOVEX-76- III FEIRA NACIONAL DO MOBILIÁRIO. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 460/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem número 150/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Indústria de Comércio e o Município de PONTA GROSSA, objetivando a instalação e cursos visando formação e aperfeiçoamento do contingente de mão-de-obra, setor secundário da economia estadual. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 461/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem número 150/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Indústria e Comércio e o Município de FOZ DO IGUAÇU, objetivando instalação e funcionamento de cursos visando a formação de mão-de-obra para o setor secundário da economia estadual. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 462/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem número 150/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretariada Indústria e Comércio e o Município de PARANAGUÁ, objetivando instalação e funcionamento de cursos visando a formação e aperfeiçoamento de mão-de-obra para o setor secundário da economia do estado. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 463/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA,

oriundo da Mensagem número 150/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e Comércio e o Município de APUCARANA, objetivando a instalação e funcionamento de cursos visando a formação e o aperfeiçoamento de mão-de-obra, para o setor secundário da economia do Estado. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 464/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem número 151/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Indústria e do Comércio, com o Município de FRANCISCO BELTRÃO, objetivando a implantação de uma Unidade de Preparação de Mão-de-Obra UPMO. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 465/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem número 152/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e Comércio, com o Instituto Nacional de Propriedade Industrial, objetivando fornecimento de informações técnicas que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 179/77, de autoria do Poder Executivo, Mensagem número 146/77, encaminhando anteprojeto de Lei no qual solicita autorização para contrair empréstimo ou obter financiamentos externos ou internos, dar garantia ou prestar fiança ou aval até o valor de Cr\$ 1.500.000.000,00 (Hum bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros), ou equivalente em moeda estrangeira. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por maioria.—

PROJETO DE LEI NÚMERO 179/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1o. — Fica o Poder Executivo autorizado a contrair empréstimo ou obter financiamentos, internos ou externos, dar garantias, prestar fianças ou aval, conceder contra-garantias de fianças, de aval ou de qualquer tipo de garantia prestada por entidades públicas ou privadas ao Poder Executivo até o montante de Cr\$ 1.500.000.000,00 (HUM BILHÃO E QUINHENTOS MILHÕES DE CRUZEIROS), ou equivalente em moeda estrangeira, com base na cotação cambial da época da operação, destinados ao cumprimento de despesas com execução de obras públicas de infra-estrutura e outras despesas relativas a programações contidas em orçamentos anuais e plurianuais.

Parágrafo único. A execução do disposto neste artigo, poderá efetivar-se em uma ou mais operações, em uma ou mais entidades financeiras e em qualquer data, até que seja atingido o montante autorizado.

Art. 2o. — O prazo, carência, juros, taxas adicionais e comissões referentes aos empréstimos ou financiamentos a serem tomados obedecerão às normas pertinentes estabelecidas pelas autoridades monetárias federais e as exigências dos órgãos encarregados da Política econômico-financeira da União.

Art. 3o. — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de dezembro de 1977.

(a) Poder Executivo.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI NÚMERO 179/77.

P A R E C E R

O presente Projeto de Lei número 179/77, oriundo da Mensagem Governamental número 146/77, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a contrair empréstimos ou obter financiamentos externos ou internos, dar garantias ou prestar fiança ou aval, até o valor de Cr\$ 1.500.000.000,00 (HUM BILHÃO E QUINHENTOS MILHÕES DE CRUZEIROS) ou equivalente em moeda estrangeira, para o fim que especifica.

Através da Mensagem Governamental, em detalhada exposição de motivos, esclarece Sua Excelência o Senhor Governador do Estado, que a finalidade precípua do financiamento vem a ser a aplicação em investimentos públicos da mais alta e elevada significação econômica e social, tais como as do setor rodoviário, do setor de saneamento, do setor de combate à erosão e do setor da Educação — área agrícola.

Esclarece, ainda, a mensagem, através de minuciosa análise, os aspectos financeiros e legais que dão conta da conveniência e viabilidade da operação financeira ora pretendida.

Analisando-se o aspecto legal e constitucional da matéria, objetivo desta Comissão de Constituição e Justiça, temos que nada há que impeça a tramitação normal por esta Casa do presente projeto de lei.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 28 de dezembro de 1977.

(aa) PAULO CAMARGO, Presidente;
GILBERTO CARVALHO, Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI NÚMERO 179/77

P A R E C E R

1. Nascente de Mensagem Governamental, objetiva o Projeto de Lei número 179/77, autorizar o Poder Executivo a construir empréstimos ou obter financiamentos externos ou internos, dar garantias ou prestar fiança ou aval, até o valor de Cr\$ 1.500.000.000,00 (HUM BILHÃO DE CRUZEIROS), ou o equivalente em moeda estrangeira, para os fins especificados na aludida mensagem.

2. O plano de lei em apreço foi devidamente examinado pela Douta Comissão de Constituição e Justiça, da qual mereceu parecer favorável.

3. Quanto ao aspecto que a esta Comissão cabe analisar, temos nada existir que possa obstar a livre tramitação da iniciativa governamental, tanto mais que a importância pretendida, segundo a mesma mensagem, será aplicada nos importantes setores rodoviários, de saneamento, de combate à erosão e da educação, assim como no da agricultura, setores estes fundamentais para o equilibrado desenvolvimento de nosso Estado.

4. Em face das considerações expendidas somos pela aprovação da medida proposta.

Sala das Comissões, em 28 de dezembro de 1977.

(aa) ERONDY SILVÉRIO, Presidente;
GABRIEL MANOEL, Relator.

Em discussão.—

O SR. ENÉAS FARIA — Peço a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Tem a palavra o Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Talvez o motivo principal desta convocação extraordinária, solicitada pelo Poder Executivo, seja o projeto agora em discussão, trazido à Casa por uma laudatória mensagem do Governo do Estado, onde, mais uma vez, bate às portas do Legislativo — a via legal — para buscar autorização para, uma vez mais, contrair vultoso empréstimo, agora na ordem

de um bilhão e 500 milhões de cruzeiros, ou em torno de 100 milhões de dólares.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, justo seria que, na tramitação célere que sofreu este projeto, e havia que ser assim em razão da convocação extraordinária, justo seria que se pudesse colher subsídios mais substanciais, por parte das Comissões Técnicas da Casa. Porque ali, sim, se deveria deter com mais cuidado, com mais tempo, com mais zelo, na apreciação dessa matéria.

Depara-se, Sr. Presidente, com dois pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Finanças, sintomaticamente em ambas aparecendo votos contrários dos eminentes Deputados do MDB que integram essas Comissões.

Não está no bojo desta Ordem do Dia, as razões invocadas pelos eminentes Deputados emedebistas que se posicionaram contrariamente à deliberação da maioria no âmbito das Comissões. Mesmo porque, a sustentação desses votos se deu oralmente.

Ocorre — e aí está o mais grave, e aí a Casa havia de se deter, e aí a Casa havia de pautar com um pouco mais de cuidado, com um pouco mais de zelo.

Projeto de lei dos mais sérios, envolvendo uma vultuosa quantia, com várias aplicações e de toda a ordem. Havia de merecer, dos responsáveis, um estudo melhor, ou pelo menos, que este estudo fosse afluído, que este estudo viesse a informar à Casa. A Comissão de Constituição e Justiça, em quase meia lauda, pode dizer tudo; e, inclusive, tecer os maiores elogios ao Poder Executivo. Apenas não se cingiu, e apenas não trabalhou naquilo que era sua missão específica, a questão legal, a questão constitucional da matéria.

Poderia a Casa, poderiam os Deputados agora perguntar se é legal ou se é constitucional a pretensão do Poder Executivo. A Mensagem do Governo faz, em algumas páginas, e em várias linhas, uma exposição da posição do Governo do Estado, com relação a sua capacidade de endividamento. Embora os dados ali oferecidos não sejam suficientes para se traçar um quadro complementar da situação, seria razoável que esta comissão opinasse da posição em que se encontra o Governo do Estado do Paraná, com relação a sua capacidade de endividamento, em quanto implicaria ou como implicaria o novo empréstimo pretendido.

Da mesma forma e tão lamentavelmente, procedeu a Comissão de Finanças. Como a outra também circunscreveu-se a questão de mérito, e também não faltou a dose de aplauso à iniciativa governamental. Mas em absoluto tratou do que, especificamente, deverá tratar. Portanto as comissões em nada proporcionaram subsídios para este plenário e para que a Casa pudesse deliberar.

Bem maiores, é verdade, bem maiores são os subsídios fornecidos pelo próprio Governo, quando, numa extensa mensagem, procura explicar as razões pelas quais encaminhou este projeto à Assembléia Legislativa. Se bem que fique toda a posição governamental na órbita das intenções, e nada se fixe como impositivo, nada se fixe no corpo da lei.

Há algumas indagações que seria necessário se fazer. A primeira delas é se realmente há necessidade de autorização legislativa para se contrair este empréstimo. Lá está na mensagem, lá está nas palavras do Sr. Governador do Estado, de que esta autorização já foi deferida pela Assembléia Legislativa. A Assembléia, quando da aprovação da Lei Orçamentária, em dezembro do ano passado, nas palavras governamentais, já autorizou que se procedesse este empréstimo.

Estará a Assembléia Legislativa tratando de matéria que já mereceu deliberação?

Estará o Governo pedindo autorização, embora já a tenha, ou, realmente, é necessário que especificamente, embora a autorização anterior, especificamente, se pronuncie a Assembléia para que o Governo possa contrair tais empréstimos? É

a indagação que ninguém responde, que as Comissões não ofereceram, mas que, efetivamente se encontra como resposta, no corpo da Lei Orçamentária. Já detém, o Poder Executivo, autorização para contrair empréstimo nesse valor, e num valor até maior. Pretende o Governo, sem citar as fontes de onde haverá de buscar o montante pleiteado, pretende, o Governo, um empréstimo da ordem de 1 bilhão e 500 milhões de cruzeiros, quase 10 por cento do orçamento deferido para o exercício de 1978. Portanto, Senhores, a esta Assembléia que já deferiu, por ocasião da Lei de Meios, já deferiu quantia que quase chega aos 6 bilhões de cruzeiros, estaria juntando, a este deferimento, mais este bilhão e meio de cruzeiros.

Mas a matéria, queira-se ou não, é de órbita orçamentária. Para que se vá contrair este empréstimo e se o autorize, para que o gasto do Governo, para que se faça as despesas e pague, é preciso que tudo esteja vinculado ao Orçamento. Portanto deveria, e aqui, sim, outra indagação, que passa sem resposta, deveria, o Governo, explicitar uma lei? Deveria, sim? Onde? E como? Como realizará tais despesas?

É verdade que, na Mensagem, declara, o Governo, intenção de aplicar 900, ou, 450 milhões de cruzeiros, somados a mais 400 milhões, portanto, 950 milhões no setor rodoviário; 250 milhões, para integralizar capital da SANEPAR; 200 milhões, para aplicar em vias SUCEPAR; 100 milhões, para a construção ou implantação de escolas agrícolas. Um rol de intenções, que faz o Governo, quando encaminha o seu projeto. Apenas então, só. O projeto nada diz. O projeto pretendido pelo Governo, solicita tão somente que a Assembléia confira autorização para a realização do empréstimo na ordem de 1 bilhão e 500 milhões de cruzeiros, e mais nada, afirmando tão somente, que tais recursos se destinam a executar obras ou a atender despesas relativas a programações contidas no orçamento plurianual.

Não me parece da melhor técnica, nem me parece que a Assembléia deva ofertar ao Governo esta possibilidade de manusear tão vultosa quantia, sem que se vincule a esta autorização, expressamente, as despesas que serão realizadas.

Tínhamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e temos, uma série de reparos e de críticas a fazer quanto a esta pretensão governamental, sobre o que está contido na pretensão governamental ou do que não está contido, porque nada contém o projeto de lei. Na verdade, a Assembléia concederá, se conceder, autorização, o Governo aplicará tais recursos e sem se saber quanto, e como; haveria também, críticas a fazer quanto à aceleração do endividamento do Estado do Paraná, embora queira o Poder Executivo afirmar que a nossa capacidade de endividamento ainda oferece bom percentual. É preciso que se tenha os olhos para a frente, é preciso que se veja que este Governo que aí está, dispõe, apenas, de mais 1 ano, encerrando, portanto, o seu mandato; haverá de, mais uma vez, e agora vultosamente, se endividar, deixando para o futuro, em obras que não se conhece, em serviços que não se conhece, prioritários ou não, necessários ou não; mas, deixará, para frente, o saldo negativo de um empréstimo, mais uma vez, contraído.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a matéria hoje versa, em primeira discussão, sobre a sua constitucionalidade e sobre sua legalidade.

Procede, por legal e constitucional, a pretensão do Governo; haveremos de nos posicionar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, haveremos de nos posicionar quanto ao mérito, quanto à necessidade, quanto à oportunidade da autorização desse empréstimo, quando à matéria, em segundo turno, se vier a esta Casa.

Portanto, amanhã, Sr. Presidente, já analisando a questão sob outro prisma, haveremos de adotar a posição que entendermos a mais válida na defesa dos interesses do Paraná. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Continua em discussão o Projeto de Lei número 179/77.

O SR. DEL CIEL — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Del Ciel.

O SR. DEL CIEL — Sr. Presidente, eminentes Srs. Deputados. Merecerá, de nossa parte, a presente matéria, a focalização que o próprio tempo nos permitir. Votarei contra — hoje, em segunda e em terceira discussão, ao projeto de lei que esta Casa aprecia, na oportunidade. E defino meu posicionamento, antes que a Liderança do meu Partido venha a dar a posição do Movimento Democrático Brasileiro, para as decisões subsequentes à de hoje.

Assim, me defino, Sr. Presidente; Srs. Deputados, visto que o Governo paranaense não fez por merecer e não conquistou a confiança da Oposição deste Estado.

Assim me defino, Sr. Presidente, Srs. Deputados, porque entendo que o Governo paranaense tem dado uma má aplicação, tem feito uma má distribuição dos recursos gerados pelo povo obreiro, sacrificado, humilhado, do Estado do Paraná.

Três anos são passados do presente Governo — e, se até hoje não fez por merecer a confiança da Oposição e do povo paranaense, como poderemos lançar-lhe às mãos recursos tão vultuosos que, após serem conquistados poderão ser manipulados com maior facilidade, pela aprovação, tão somente, de um “quorum”, já que não exija a qualificação deste que hoje estamos em apreciando para oferecer ao Sr. Governador do Estado do Paraná.

Disse que no meu entendimento, os recursos foram mal aplicados e mal distribuídos, porque as prioridades ditas no presente Governo se situam, principalmente, no setor rodoviário e educacional. As estradas que receberam um capeamento asfáltico, o receberam com qualidade duvidosa, ou melhor dizendo, com qualidade condenada e com méritos duvidosos. O setor educacional, também alvo da prioridade governamental, aí está com o magistério paranaense de luto; permanentemente, de luto durante os três anos do Governo Jayme Canet. Nós vimos nesta Casa, através do trabalho da C.P.I., da Comissão Parlamentar de Inquérito para a Educação, o quadro real da situação da educação paranaense. O Estatuto do Magistério foi quase que arrancado à força e veio a esta Casa mais como um Código Penal, do que propriamente como um Estatuto que regulasse, que orientasse e que norteasse a classe que tem a responsabilidade de educar o povo paranaense; de educar as crianças e a juventude paranaense. Abre-se agora, no ano político, um concurso para o magistério, mas concurso este político que não atende as necessidades da educação paranaense. Os milhares de professores suplementaristas continuarão esparramados por todo o interior e capital do Estado do Paraná, disputando o direito de ganhar o pão de cada dia.

As nossas indústrias, as grandes, as médias e as pequenas, a cada dia que passa ingressam na justiça em busca da concordata; outras indo já à falência. E providência nenhuma é tomada e a responsabilidade é sentida, principalmente na condução dos destinos desse setor paranaense pelo BADEP.

A SANEPAR, tão falada, tão comentada SANEPAR que saiu conquistando serviços de água e esgoto por todo o interior do Estado, inclusive em minha cidade, Londrina, assumindo compromisso sério no setor de abastecimento. E hoje eu vejo, em minha cidade, o trabalhador sendo induzido a abrir um poço no fundo do seu quintal para poder ter o precioso líquido. A água falta na maioria dos bairros das médias e grandes cidades do Estado do Paraná.

Recursos para a SANEPAR, por quê? Se não concordamos com a administração, com a fórmula de aplicação dos recursos já existentes?

A COPEL. Da COPEL o cidadão paranaense só recebe em dia a conta e que não pague para ver.

Por estas e muitas outras razões, Sr. Presidente e eminentes Deputados, venho a esta tribuna para definir a minha posição, posição que defenderei na reunião de bancada do meu Partido. Votarei contra, em primeira discussão, quando essencialmente deveríamos estar a analisar os seus aspectos relacionados a sua constitucionalidade, a sua legalidade. Mas se o objetivo, se a meta não merece o nosso aplauso, o nosso reconhecimento, que receba desde já e de agora a nossa repulsa, a nossa rejeição à presente matéria.

Assim sendo, Sr. Presidente e eminentes Deputados, definimos o nosso posicionamento, esperando...

O Sr. Quilse Crisóstomo — V. Exa. me permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Del Ciel, sempre que V. Exa. vai à tribuna, acredito que todos os Parlamentares o escutam com o silêncio em homenagem ao respeito que V. Exa. merece de seus Pares.

Mas, quem cala consente, nobre Deputado. Por isso este Parlamentar não pode silenciar, neste momento. Porque V. Exa., com o brilhantismo que lhe é peculiar vai dissertando da tribuna, sobre temas conhecidos, não desta Casa, mas conhecidos do povo do Paraná.

Disse bem V. Exa. que este Governador não conquistou a Oposição do Paraná, mas conquistou o povo do Paraná; não conquistou a confiança da Oposição, porque naturalmente um governo e um Governador que inicia e que termina as suas obras, que quando recebe permissões deste Poder para empréstimos, para aplicação, ele aplica; que é o primeiro da história do Paraná, de todos os Partidos, e talvez dos primeiros do nosso País, que inicia obras vultuosas, obras rodoviárias e termina no seu governo; que inicia um plano de assistência social e um plano educacional e termina dentro do seu governo. E termina dentro de um ano do seu governo; promessas não, compromissos, que este Governador tem assumido, verdadeiramente, inacreditáveis, não só por membros da Oposição do Paraná, mas também inacreditáveis até mesmo pelos membros da ARENA do Paraná, que fosse possível um homem público na direção de um Governo do Estado, como o nosso, pudesse cumprir tão lealmente, tão rigidamente, o seu compromisso com o povo.

Então, nobre Deputado, este parlamentar, que tanto lhe admira, nesta tarde, deve se deixar marcado a discordância pela qual V. Exa. encaminha o seu pronunciamento, num ritual de absurdos que se sucedem, cumprindo a dolorosa missão de ser Oposição neste momento, porque acredito que ser Oposição num governo como o Governo de Canet Júnior, é uma missão não apenas espinhosa mas, sobretudo, dolorosa. E V. Exa. vai trepidando por esta tribuna afora, tentando citar obras e tentando tirar o mérito dessas obras. V. Exa. está recitando uma poesia de um grande governo, e encontra dificuldades, nós o compreendemos bem, de como tirar o mérito de um governo de tamanha personalidade, não só para nós paranaenses, mas, sobretudo, para a política nacional.

Não quero roubar o seu tempo, mas estarei atento ao seu pronunciamento para que V. Exa. saiba que nós damos consideração ao que diz; respeitamos a dificuldade com que V. Exa. faz o seu pronunciamento, ao tentar dizer de que este dinheiro não será bem aplicado, enquanto pelo menos, for Governador Jayme Canet Júnior.

Muito obrigado.

O SR. DEL CIEL — Agradeço o aparte de V. Exa. e me ressinto tão somente, que o eminente nobre e brilhante parlamentar, tenha profunda capacidade de percepção sensorial até diria, para sentir as possíveis dificuldades que poderíamos estar tendo na tribuna, para analisar projeto de lei que mereceu ou que recebeu o número 179/77.

Mas, a verdade verdadeira é outra, eminente Deputado, que me aparteu, Quilse Crisóstomo, a verdade verdadeira é bem diferente, da que V. Exa. teceu e retratou no aparte que

nos honrou.

V. Exa. discorda do nosso ponto de vista, nós respeitamos o direito de V. Exa., em discordar do nosso posicionamento, do nosso pronunciamento; é a imagem que fazemos do Governo Jayme Canet Júnior.

Mas, tenha a certeza V. Exa., que venho à tribuna, imbuído dos mais altos propósitos, em busca da melhor decisão para o povo deste Estado; não posso e V. Exa. haverá de concordar, aplaudir matéria que visa buscar tão vultuosa soma, com mais uma vez, visto que transformamos o Governador Jayme Canet, no Governo dos 55 milhões de dólares, há pouco tempo, no ano que passou. E demos todos os recursos solicitados e o vimos perseguindo pequenos municípios e médios municípios do interior do Estado do Paraná, desrespeitando e descumprindo as normas que ele mesmo havia baixado, através das suas Secretarias. As estradas, dos municípios paranaenses, governados por Prefeitos do MDB, também faziam jus ao plano especial, criado para ser aplicado em todo o Estado do Paraná. E tivemos a oportunidade de apresentar o pedido de informações, e esta Casa o aprovou, ao eminente Secretário, que naquela data aqui comparecia e acenava com a liberação de todos os pró-safras para que os municípios, que o tivessem elaborado tecnicamente correto.

E temos ainda o Município de Telêmaco Borba, que até o final da semana que passou ainda não havia tido o seu pró-safrá liberado, por quê? Porque o Prefeito de Telêmaco Borba é do MDB. A criança telemacoborbense também não é paranaense, não é brasileira, não tem que cortar estradas, e em busca da escola, edificada muitas vezes há muitos quilômetros de sua casa?

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Exa. permite um aparte?

O SR. DEL CIEL — Se o Governo não tem respeito e não cumpre um critério pré-estabelecido, pré-determinado, para a distribuição desses recursos, perseguindo pequenas e médias Prefeituras dirigidas por homens da Oposição, porque nós da Oposição, após lhe ter concedido, tamanho e vultoso empréstimo, poderíamos incorrer no mesmo erro?

As grandes teses paranistas, nelas Jayme Canet não esteve presente. A crise da cafeicultura, não ouvimos o líder paranaense erguendo a sua voz; ele que deveria ser o líder de todos nós em defesa da nossa cafeicultura.

Quando confiscaram o soja, Canet aplaudiu o confisco. Elevaram o confisco da soja e estava o Paraná através do seu líder, compondo no grande cordão dos "puchas", que aplaudem a todas as medidas, indistintamente, que possam partir da área federal. Então, não é um homem que merece conquistar a confiança da Oposição e até mesmo do povo paranaense.

Cederei, pela ordem, com muito prazer, o aparte, ao eminente Líder arenista.

O Sr. Luiz Roberto Soares — Nobre Deputado, o que me

encoraja apartear V. Exa. foi a sua declaração formal de que o anima bons propósitos, desta tribuna. Ciente de que tal declaração corresponde efetivamente ao estado de espírito, é que me valho desta oportunidade, para fazer alguns reparos ao seu pronunciamento.

Claro que, entendo e aceito que V. Exa. faça um discurso eminentemente político, tipicamente de oposição, com uma fraseologia de comício, e me parece que seria mais apropriado que se debatesse tecnicamente esta mensagem, para avaliar da sua conveniência, da sua oportunidade e das repercussões que tal projeto poderá ter na economia paranaense.

Mas eu, de início, gostaria de fazer um reparo à injustiça gravíssima que V. Exa. comete ao Governo do Estado, no que diz respeito ao programa pró-safrá.

Deve, não tenho certeza, dispor o MDB hoje, de cerca de 60 municípios, senão mais e posso afirmar a V. Exa. que apenas 5 ou 6 municípios do MDB ainda não tiveram seus convênios formalizados de PRÓ-SAFRA, como também deve haver uns

5 ou 6 da ARENA que também não tenham tido seus convênios formalizados. Posso dar esses dados com precisão numa próxima sessão desta Assembléia, mas posso afirmar categoricamente a V. Exa., sem nenhuma margem de erros, que não excedem a mais de 6 ou 7 — não posso afirmar precisamente — o número de convênios firmados com Prefeituras eventualmente comandadas pelo partido de V. Exa.

De maneira que este argumento eu não posso acolher, pela falta de suporte no real e no verdadeiro que V. Exa. tanto preza e tão veemente defende.

Com relação aos demais aspectos, é claro que nós entraríamos numa discussão interminável, porque há subjetivismos em jogo, é irredutível, V. Exa. não quer aceitar, acha que o Governo do Estado não tem um desempenho a contento. Nossa opinião é exatamente, diametralmente oposta a de V. Exa. e não seria racional nós levarmos esta discussão às últimas consequências, porque dela nada resultaria de positivo.

Todavia, com relação aos aspectos práticos e técnicos deste projeto é que eu gostaria de questionar a V. Exa.

Ora, se a SANEPAR está tendo dificuldades como V. Exa. disse, o que se pretende com o empréstimo é exatamente suprir a SANEPAR de recursos capazes de fazer face e de responder com relativa urgência à demanda de água que há no Estado do Paraná.

Se Londrina, hoje, apresenta alguns bairros sem o devido aporte de água, é evidente que o que se pretende com este projeto é exatamente reparar tais deficiências porque nós não pretendemos fazer a defesa do Governo, dizendo que tudo hoje está às mil maravilhas, porque não temos nenhuma vocação de Dr. Pangloss.

De qualquer maneira, o que há de se reconhecer — e nós estávamos na expectativa que V. Exa. reconhecesse, — como partido da Oposição — é o esforço formidável, sério e honesto que faz o Governo para suprir o Estado daquela infra-estrutura básica que permita uma decolagem para o desenvolvimento com bases sólidas e seguras.

Com relação a qualidade das rodovias paranaenses, isso já foi devidamente exaurido, questionado e debatido, e evidentemente que nós continuamos com a opinião de que ainda que a qualidade fosse ruim — não é nossa opinião — mas que ainda que a qualidade fosse ruim, muito pior seria ficar a produção paranaense nos campos, não tendo condições de escoamento.

De maneira que, parece-me, que o Governo do Estado do Paraná tem tido um desempenho perfeitamente compatível com as aspirações básicas da população paranaense.

Veja V. Exa. que se pretende, com este projeto, também suprir uma área de grande suficiência, que é o problema da erosão, e se pretende alocar à SUCEPAR recursos capazes de, pelo menos, impedir que ela prossiga, e fazer alguns reparos neste solo riquíssimo que é o Paraná e que a erosão gradativamente está levando para o oceano e levando, na expressão governamental "até ao desespero uma riquíssima região do Estado do Paraná".

Mas, pretende-se também com este projeto, suprir uma necessidade básica da nossa economia, que é a construção de escolas agrícolas, e parece-me, se V. Exa. centrasse o seu discurso dentro desses parâmetros, seria uma discussão mais proveitosa do que esta fraseologia carbonária, aguerrida, brilhante, de V. Exa., mas que, na realidade, passa a viver um estado de vagueza puramente eleitoral, e isso não faz justiça à inteligência de V. Exa.

Muito obrigado.

O SR. DEL CIEL — Agradeço o aparte de V. Exa. e são justamente essas as águas que nos separam.

A linguagem do homem da oposição é a mesma na campanha política, no comício político, no encontro cívico, quando, por poucas vezes nos permite o Governo que dirige esta Nação, que eles aconteçam.

Eu gostaria de ver os brilhantes e eminentes parlamentares do Partido Situacionista falando a mesma linguagem que falam nesta Casa, nos palanques em praça pública. Inverta-se a situação. A fraseologia carbonástica da ARENA muda-se totalmente. Aí levam uma mensagem que contraria a toda história da atuação de cada um que aqui está, com raríssimas exceções.

Merece, realmente, uma análise técnica aprofundada o presente projeto de lei.

Fomos cobrados pelo eminente Líder da bancada da ARENA desta Casa e Líder do Governo Jayme Canet; que se retire o projeto de lei em pauta; que volte o projeto de lei após o recesso em que já nos encontrávamos quando fomos convocados para, afoitosamente, descuidadamente, sem o tempo suficiente sequer para uma análise superficial de uma matéria tão técnica e tão profunda que, realmente, merece ser entendida e compreendida por todos os Parlamentares que aqui têm assento.

Temos confiança de que a análise técnica e conhecimento profundo deste projeto de lei, serão raros os Parlamentares — possivelmente nenhum — que aqui se apresentasse conhecendo, de ponta a ponta, a matéria que receberá a decisão deste colégio Plenário.

Que volte a matéria com prazo para que todos a analisemos.

Votaremos para sua retirada de pauta.

Apreciada agora, na forma como foi apresentada e conduzida, manteremos a nossa posição.

O Sr. Fuad Nacli — Deputado Del Ciel, em parte já estou satisfeito pelo aparte que o nobre Deputado Líder da ARENA lhe ofereceu. Mas, gostaria de dizer duas palavras ao nobre colega que bem representa nossa região e conhece muito bem Ibiporã, Sertãoópolis, Cambé e Florestópolis.

V. Exa. sabe muito bem que Ibiporã, Sertãoópolis, Florestópolis, receberam as primeiras parcelas dos convênios feitos com o DER. Mas, existem municípios nosso, da ARENA, que não tinham ainda o mapa rodoviário entregue ao DER, não tiveram condições de assinar convênios.

Nobre Deputado, conheço muito bem a maneira como V. Exa. sempre conduziu os trabalhos e, como representante desta Casa muito bem a defende, como Deputado da Oposição. Não poderia me calar aqui: participei de duas reuniões, uma em Londrina, outra em Florestópolis, quando também participaram Prefeitos da Oposição. Os prefeitos de Ibiporã, de Sertãoópolis e de Florestópolis, todos eles fizeram elogios ao Sr. Secretário dos Transportes, ao Diretor do DER, ao Governador do Estado, elogios referentes ao recebimento das verbas do DER.

Enquanto que os municípios de Porecatu e Nossa Senhora das Graças ficaram sem receber por falta da entrega dos mapas rodoviários de suas cidades.

Não vejo por onde o nobre Deputado possa dizer que o Governo esteja fazendo política, que o Governo esteja perseguindo, ou procurando prejudicar alguns Prefeitos da Oposição.

Somos amigos de infância do Prefeito Roberto Conceição que também não assinou o convênio PRÓ-SAFRA, e teve oportunidade de ver o quanto estava errado.

Convido V. Exa., nobre Deputado a nos acompanhar e verificar que não é só o Município de Cambé que foi prejudicado. A EMOPAR que é representada pelo Presidente que hoje tem na Presidência o Prefeito Antônio Grassano, de Arapongas, que defende todos os Prefeitos, indistintamente. E muito bem representado o Município de Ibiporã e Sertãoópolis por dois ilustres Prefeitos, que são do MDB e permanecem no MDB, e muito bem ainda o Prefeito de Florestópolis.

Eu não vejo razão para que o ilustre Deputado possa dizer. Com referência ao empréstimo, V. Exa. disse que nenhum Deputado teve o zelo ou o cuidado de manejar para ver...

O SR. DEL CIEL — V. Exa. está interpretando mal o que disse.

Possivelmente, nenhum dos eminentes Deputados tenham

tido tempo para conhecerem por inteiro, de ponta a ponta, a matéria que apreciamos na oportunidade. Com raríssimas exceções.

O Sr. Fuad Nacli — Eu quero confessar que não li toda a matéria. Mas como temos à frente do Governo um homem que tem feito uma administração levada a todo o Estado do Paraná, e trazido benefícios ao Estado, nós não podemos deixar de reconhecer os benefícios dados. V. Exa. conhece, sabe perfeitamente bem que quiseram impingir a “casca de ovo” e não foi possível porque hoje, no Paraná, se vai a todas as cidades, com chuva ou sem chuva. Eu quero agradecer a V. Exa. o aparte.

Era só o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. DEL CIEL — Eu que agradeço, meu bom, ilustre e brilhante Deputado Fuad Nacli. A quem honra, honra, a quem justiça, justiça, eminente Parlamentar. Alguns municípios emedebistas realmente conseguiram a liberação de seu Pró-Safra. Eu diria até mesmo que seria argumento para eminentes parlamentares do Partido Situacionista me cobrarem com relação ao Município de Londrina, para o qual fomos eleito Vice-Prefeito com o companheiro Antônio Belinatti que ora dirige os destinos daquela cidade.

O Governo paranaense está fazendo o repasse de vultuosas somas conquistadas pelo nosso município junto ao Banco Nacional de Habitação. Depois de um trabalho incansável, de uma luta incansável da comunidade londrinense, e membros do MDB e da ARENA, de membros das igrejas, das seitas religiosas de Londrina, de todos os londrineses, o Governo paranaense está fazendo repasse dos recursos e nós, munícipes londrineses, estaremos remunerando o Banco do Estado do Paraná, para este repasse feito pelo Governo paranaense que mereceram um agradecimento de Londrina, pelo dirigente paranaense confiar na capacidade do povo londrinense no cumprimento das metas solicitadas.

Alguns municípios tiveram Pró-Safra liberada, outros permanecem no aguardo. Possivelmente, para a safra de 1980, 1981, alguns municípios tenham a liberação, e eu espero, se estes fatores estiverem ocorrendo, em função de comandos políticos, eu apelo a todos os eminentes Deputados da ARENA, para que representem unidos, os municípios que têm Prefeitos do MDB, onde fomos os Deputados mais votados. Justamente os citados por V. Exa, os mais votados da Oposição londrinense.

Assim sendo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, deixamos definida a nossa posição e votaremos contrariamente, rejeitando o projeto de lei ora focalizado por este Parlamento.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Continua em discussão.

O SR. LÚCIO MACHADO — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ao ser notificado pela convocação extraordinária efetuada pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, parecia-nos antever que os fatos constantes da pauta desta convocação, teriam um caminho pouco aceitável pelo povo, porque o povo do Paraná iria receber com o fato das matérias constantes da pauta desta convocação, um maior avanço na sua economia e, conseqüentemente, mais empobrecimento para os paranaenses. E me lembro que a primeira matéria a ser votada, nesta Assembléia, no início desta convocação, preocupação altíssima do Exmo. Sr. Chefe do Executivo Paranaense, foi o de crescer as taxas, principalmente, as do DETRAN, elevando a receita dessas taxas em mais de sete milhões de cruzeiros, no exercício, provando, cabalmente, no início desta convocação especial e extraordinária que o Sr. Governador não a fez movido pelo interesse de defender os interesses do Paraná ou dos paranaenses e, sim, de crescer a receita, conseqüentemente, a fim de aumentar as obriga-

ções do povo deste Estado.

E, agora — o Natal — um projeto do Sr. Governador que pede autorização da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná para proceder o empréstimo simples de um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros, sem que haja, neste projeto, qualquer justificativa para a sua aplicação.

Não é, Sr. Presidente, Srs. Deputados, falta de confiança no Chefe do Poder Executivo; mas, é, exatamente, pelo fato de S. Exa., nem sequer, responder às perguntas que formulamos através de requerimentos aprovados por esta Casa, sobre valores aplicados em construção de apenas 22 quilômetros de estrada — a que liga Jacarezinho a Cambará, à cidade de Cambará, — o requerimento, este que fizemos há mais de 4 meses, se não me engano, desrespeitando dispositivo constitucional, para não dizer do acinte desrespeito à representação do povo do Paraná nesta Casa. S. Exa., o Sr. Governador, até o presente, não reportou-se à nossa indagação.

De que forma poderemos manifestar ou manter a nossa confiança no manuseio das riquezas do Estado, se elas são negadas, a prestação de contas, quando o Deputado, em nome do povo, requer e tem aprovação unânime da representação popular desta Assembléia Legislativa.

De minha parte, Sr. Presidente, Srs. Deputados, antecipo que votarei contra a este projeto de lei, por uma questão de consciência e de respeitabilidade, acima de tudo, à minha própria consciência, de um dos representantes do povo do Paraná, a não ser que este projeto volte ao Executivo e se revista das justificativas para a devida aplicação deste valor que consideramos mais uma responsabilidade do povo paranaense. Porque o Governo empresta, mas o grande avalista e o principal pagador é o povo, é o Estado.

E assim, Sr. Presidente, nós vimos e desnecessária para o bem do Estado seria esta convocação extraordinária. O que aqui estamos votando, exceto os convênios que apesar de julgarmos inconvenientes e anti-municipalistas, porque ferem a economia dos municípios do Paraná, obrigando os Prefeitos a sangrar as suas receitas, muitas vezes para atender necessidades exclusivamente do Estado. Mesmo assim ainda têm o nosso aval estes projetos de convênios, de característica política e eminentemente tentadora ao favorecimento partidário do Governo. Mas, apesar de evados deste mal, os convênios ainda levam algum meio de resolução aos inúmeros problemas, principalmente dos pequenos municípios do Paraná, nós votaremos com eles.

Entretanto, da forma em que está posto o projeto de empréstimo, de um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros, fica antecipado o nosso voto contra em primeira, em segunda e em última votação.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Continua em discussão o Projeto de Lei número 179/77. — Encerrada a discussão. — Em votação. — APROVADO.

A Presidência registra o voto contrário do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino e do Sr. Deputado Deni Schwartz.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Waldenício Barbalho, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Stagliano, Vice-Prefeito Municipal de Tamboara. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do artigo sob o título "O Candidato da História", inserido nas páginas do jornal "Folha de São Paulo". — APROVADO. (O artigo acha-se publicado no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Diretor-Presidente da TELEPAR, em forma de apelo, visando a instalação de um telefone na Praia de Ipanema. — APROVADO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 4, quarta-feira, à hora

regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números 14/74, 37/74, 397/77 à 465/77.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 179/77.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números 13/77, 40, 255, 377, 378 e 380/77.

Levanta-se a sessão.

Matéria cuja transcrição nos anais da Casa, foi aprovada a requerimento do Senhor Deputado Valter Pietrângelo, em sessão do dia 03 de janeiro de 1978.

"O CANDIDATO DA HISTÓRIA"

Desde o Governo Costa e Silva, Magalhães espera sua vez.

MAURO SANTAYANNA (da Sucursal de Belo Horizonte)

É de Magalhães Pinto uma frase que procura desculpar a modéstia do viver nas montanhas: "Mineiro vive pobre, para morrer rico". Morrer é muito importante para os mineiros, que são os brasileiros que mais acreditam na morte. Nela tanto acreditam que aceitam o conselho de Pascal, e apostam todos, ou quase todos, na existência do Céu e do Inferno. Conta-se mesmo a história de um roceiro do Rio das Velhas que, sendo ungido com os óleos da extrema unção, recusou-se a repetir com o sacerdote a objurgatória "mora o diabo". "Seu padre, vamos deixar quem está quieto em paz".

Magalhães Pinto acredita na morte. E esta crença é muito importante, porque ela explica, da mesma forma, seu amor à vida. Ora, não há por que buscar explicações cabalísticas, apoios misteriosos, embora apoios haja, para identificar as razões de sua candidatura. Magalhães Pinto é candidato, porque quer ser candidato, e porque sabe que conta com o mais forte dos apoios: o apoio da história.

O grande mérito do ex-governador de Minas foi o de ocupar o espaço vazio da política. Ele deve, não sabemos exatamente quando, ter feito a mais simples e a mais séria das perguntas: "O que impede a um civil postular a Presidência da República?" A resposta, óbvia, não é tão óbvia. Do ponto de vista constitucional, conforme está exaustivamente provado, nada impede. Encontrada esta resposta, ele deve ter feito uma segunda pergunta: "O que me impede candidatar-me à Presidência?" Os obstáculos, e eles existem, não o demoveram. Magalhães resolveu apostar.

Examinemos, dentro das razões mineiras, o momento e a presença de Magalhães Pinto na disputa. Porque a sua atitude pode ser comparada à hipotética rebelião de um ator que, de repente, saltasse do palco e começasse, na platéia, a reivindicar o lugar do galã e a mudança do enredo.

FADIGA REVOLUCIONÁRIA

Uma revolução — e aí está a isenta crônica da história — só se completa quando é animada de valores positivos, isto é, quando obedeça a um programa de mudanças radicais. Ora, o Movimento de 1964, como confessaram seus ideólogos e executores, foi um movimento de inspiração negativa. Seu objetivo foi o de impedir o que parecia iminente: um golpe de Estado do Sr. João Goulart com o apoio da esquerda. Para o êxito do movimento reuniram-se interesses dispersos. Um grupo representava o espírito mais conservador do país (Odylo Denis chegou a dizer que o Movimento de 1964 surgira para contrapor-se, entre outras coisas, à revolução de 30). Outro, bem udenista, via a oportunidade de o partido do brigadeiro chegar ao poder pelo golpe, uma vez que os votos sempre lhe foram adversos.

O que realmente, queria Magalhães Pinto em 1964? Ninguém sabe. Talvez o, próprio Magalhães venha, um dia, a explicar o que o levou a assumir a chefia civil do Movimento. Uma versão corrente em Minas afirma que o governador, sabendo da conspiração e temendo que a vitória conduzisse a violência maiores, dispôs-se a dela participar, a fim de contribuir para a moderação dos vencedores. Mas, ainda que simpática, esta versão é um pouco desamarrada dos fatos. Não façamos, por isso mesmo, a defesa do comportamento de Magalhães Pinto no episódio. Ele procura fazê-la com sua cruzada democrática de agora. E só quando deixarmos este trecho do caminho e o examinarmos do alto do futuro, livre e

democrático, poderemos identificar as marcas de sua presença no episódio.

Na verdade, logo depois de vitorioso o movimento, Magalhães Pinto indisps-se com a corte. Não estava sozinho: Minas se sentia, inteira, um pouco desiludida com os rumos da Revolução. Mesmo os mais duros adversários de Juscelino Kubitschek (Magalhães entre eles) engoliu como hósta negra a cassação do grande líder. Quando o governo Castelo Branco decidiu impor coronéis do Exército como comandantes das polícias militares, a de Minas declarou sua oposição à medida – e manteve, como mantém até hoje, o comando em mãos de seus próprios oficiais.

Costa e Silva compôs-se politicamente com Magalhães, chamando-o a participar do Governo. O ex-governador amarrrou sua canoa junto ao remanso: era tempo de recensear as marolas e guardar os ventos.

A brusca interrupção do mandato de Costa e Silva, após o terremoto do AI-5, levou o general Médici à Presidência da República e Minas ao olvido.

Já não era prudente nem mesmo ficar à margem do rio. Magalhães prometeu “apoio integral” à Médici, entregou a chancelaria e passou a tecer, com toda a discrição, seu tricô positivo. Alguns se deram conta, outros não se deram porque desavisados, mas o senador passou a atuar como candidato. Sabia que a navegação continuaria proibida por mais um mandato. Sabia também que era tempo de recompor e ampliar suas bases em Minas, na época curtindo o ostracismo político. Enquanto Rondon Pacheco entoava suas árias técnicas no Palácio da Liberdade, Magalhães fazia política.

O campo lhe era livre, uma vez que o outro grande líder mineiro e nacional, Juscelino Kubitschek estava impedido de fazê-la. Durante todos estes anos, Magalhães Pinto conservou seu cabedal de prestígio, e o acrescentou de novas ligações.

SAÍDA CIVIL

Aproximando-se o tempo da sucessão, Magalhães foi lembrado. Coube a Itamar Franco, seu companheiro de Senado, mas adversário político, propor-lhe o nome como saída civil para o impasse. Voltara o tempo de colocar a canoa no rio, porque os ventos já ajudavam os remos. O senador testou o povo. Confiava em Minas, mas era preciso buscar apoio lá longe. Ele sabia que a história, com o cansaço do modelo político da Revolução, recomendava seu nome. Afinal, que líder civil poderia reunir tantas credenciais? E quem poderia ir ao povo para discutir os temas do momento?

Os primeiros contatos com a Nação lhe deram estímulo irresistível. Bem, se ele tinha a história a seu lado, e tinha o povo, por que desistir?

Admitamos que o Senador perca na convenção da ARENA. Isso não alterará muito as coisas. Porque, agora, se o senador não chegar à Presidência, ficará, na consciência do povo, a suspeita de que sua caminhada foi interrompida por uma decisão de força.

Magalhães será lembrado, então, como o Presidente que o povo queria, e que não chegou ao Planalto porque a Revolução nele não confiou.

Se isso ocorrer, o velho senador terá vencido o jogo. Qualquer seja ele o desempenho do futuro Presidente da República, nesse caso, será visto com reservas. “Com Magalhães teria sido melhor”, dirá o homem comum. Porque o melhor para o povo é aquele que vem de sua própria escolha. É este o grande apoio com que conta Magalhães: as circunstâncias históricas que admitem sua pregação, e o entusiasmo popular que o empurra à resitência e à insitência. Dele se poderá dizer agora o que se dizia nos antigos comícios, e com a força do endosso do futuro: já ganhou.”

PORTARIAS:

PORTARIA NÚMERO 01/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA

LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 12864, de 29 de dezembro de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

prorrogar, a permanência neste Poder até 31 de dezembro de 1978, dos funcionários abaixo relacionados, todos do Tribunal de Justiça:

AGOSTINHO MACEDO FRANCO DA COSTA, GIL CESAR DANTAS BRUEL, JOSÉ MARIA HEOFACKER, ROMEU FELIPE BACELLAR FILHO, REGINA CELI DE CAMPOS, CELSO COUTINHO DE CAMARGO, FLORAITZA PAGLIUSO ALVARES, HELENA BAGANTIM, JORGE DUARTE CANTELE, NEY REBELLO GUIMARÃES, REGINA APARECIDA SCREMIM MACHADO e DALILA DOS SANTOS.

Gabinete da Diretoria Geral, em 03 de janeiro de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY – Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 02/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 12864, de 29 de dezembro de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar, os funcionários abaixo relacionados, ora à disposição deste Poder, a prestarem serviço extraordinário, na conformidade do disposto do Art. 176, inciso I, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento de seus vencimentos, no período compreendido entre 01 de janeiro de 1978 a 31 de dezembro de 1978:

GIL CESAR DANTAS BRUEL
JOSÉ MARIA HEOFACKER
ROMEU FELIPE BACELLAR FILHO

Gabinete da Diretoria Geral, em 03 de janeiro de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY – Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 03/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 12828, de 28 de dezembro de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria número 637/76, do funcionário LUIZ BROTTTO NETO, matrícula número 397, ocupante do cargo de nível PL “18”, da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 03 de janeiro de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY – Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 04/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 12623, de 15 de dezembro de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar, VERA LÚCIA MONTANHER, ocupante do cargo de símbolo 3-C, de Assessor de Gabinete, com lotação no Gabinete do Deputado José Antônio Del’Ciel, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento de seus vencimentos, a partir de 03 de janeiro de 1978.

Gabinete da Diretoria Geral, em 03 de janeiro de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY – Diretor Geral